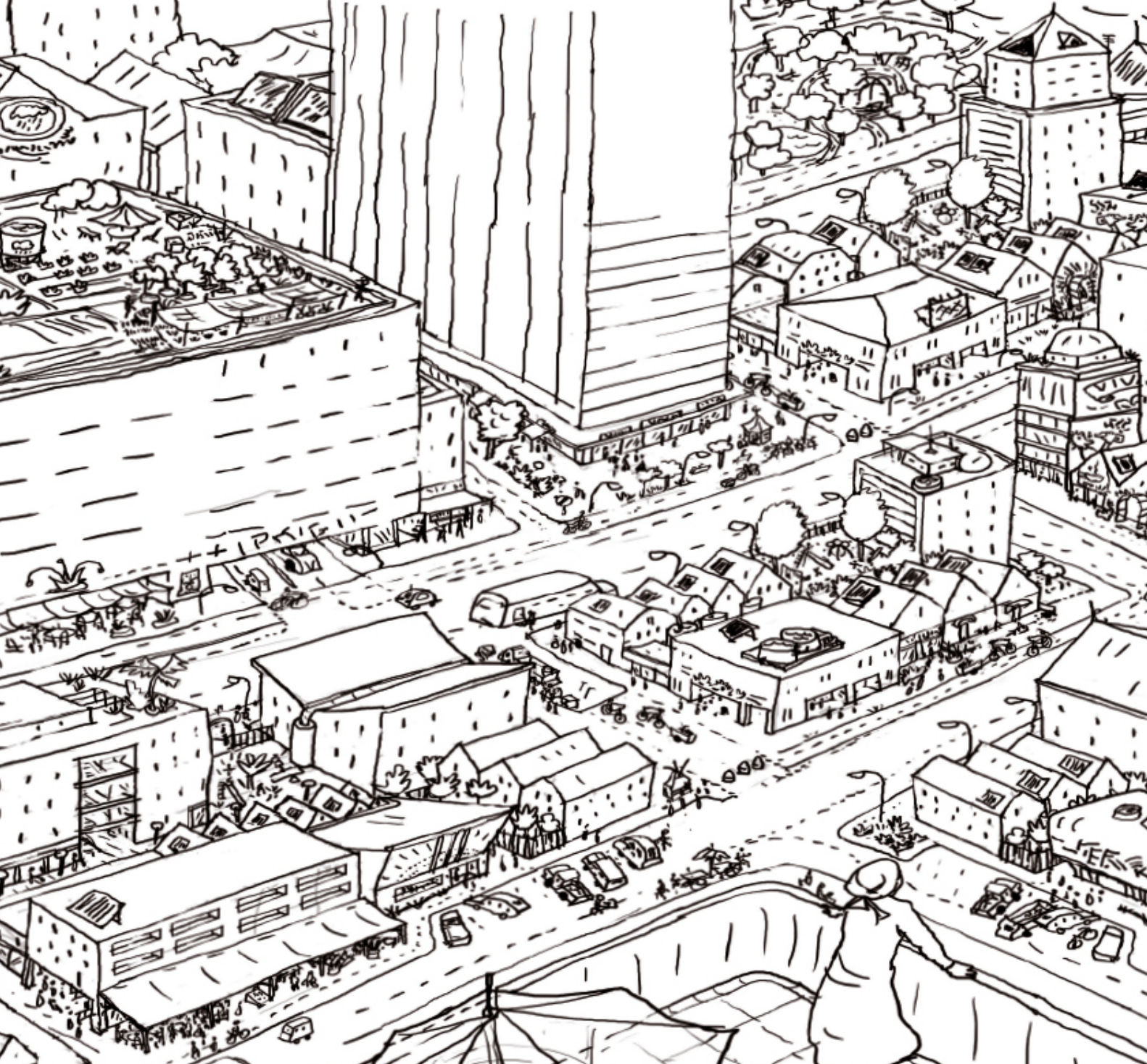




QUADRO DE
AÇÃO DE **RESILIÊNCIA**

Bolama 2017 - 2027



ELABORADO POR:

ONU-Habitat Guiné-Bissau em
colaboração com os pontos focais

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

ONU-Habitat Guiné-Bissau
Edifício das Nações Unidas
Rua Rui Djassi
Caixa Postal nº 179-10-11 3º Andar
Bissau - República da Guiné-Bissau
edinilson.silva@unhabitat.org
www.facebook.com/ONUHabitatGBissau

DIMSUR

Centro Técnico Sub-Regional para
a Gestão de Risco de Desastres,
Sustentabilidade e Resiliência Urbana
secretaria@dimsur.org
www.dimsur.org



UN HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE



ONU-HABITAT EM GUINÉ-BISSAU

GUINÉ BISSAU

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitada a norte pela República do Senegal, a leste e sul pela República da Guiné e a oeste pelo Oceano Atlântico.



No país, a ONU-Habitat é uma agência não residente do Sistema das Nações Unidas, tendo estabelecido a sua presença em Bissau desde Dezembro de 2015, tornando-se um parceiro privilegiado do Governo guineense e das demais instituições de desenvolvimento.

QUEM SOMOS?

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) é a agência que coordena todas as atividades das Nações Unidas relacionadas aos assentamentos humanos na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável e promoção do direito à moradia adequada para todos.

MANDATO E PRIORIDADES

Por meio da Resolução 56/206 da Assembleia Geral das Nações Unidas, recebeu o mandato de promover MORADIA ADEQUADA PARA TODOS, DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL e de trabalhar por um melhor futuro urbano no âmbito global.

A prioridade é implementar ao nível dos países as recomendações da Declaração de Quito sobre Cidades

e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos (Nova Agenda Urbana) e apoiar os governos nacionais e locais na consecução das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, que almeja "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

OBJETIVOS NO PAÍS

Por meio do documento do Programa País da ONU-Habitat para a Guiné Bissau, pretende apoiar o governo na elaboração de Políticas, Planos e Estratégias no âmbito da Habitação, Desenvolvimento Urbano Sustentável, Melhoria Participativa de Bairros Informais, além de promover instrumentos e mecanismos para a resiliência urbana no âmbito das alterações climáticas.

ÁREAS TEMÁTICAS

- Planeamento e Desenho Urbano;
- Serviços Urbanos Básicos;
- Economia Urbana;
- Legislação, Terra e Governação Urbana;
- Redução de Risco e Reabilitação;
- Habitação e Melhoria dos Bairros Informais;
- Pesquisa e Desenvolvimento das Capacidades.

PRINCIPAIS PARCEIROS

- Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo;
- Secretaria de Estado de Ordenamento do Território;
- Ministério de Administração Territorial;
- Ministério do Ambiente;
- Ministério do Interior/Proteção Civil;
- Agências das Nações Unidas;
- Organizações Não Governamentais;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Instituições de Pesquisa e Universidades.

Plano de Ação de Resiliência: Bolama 2017-2027

ONU-Habitat Guiné-Bissau

Todos os direitos reservados

Design e layout por UN-Habitat Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau

Foto capa: Albano Barai

A ONU-Habitat é o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Os principais documentos que esboçam o mandato da ONU-Habitat são a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), a Declaração de Istambul sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), a Agenda Habitat, e a Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos, também conhecida como Nova Agenda Urbana (Habitat III).

O Escritório Regional da ONU-Habitat para a África está sediado em Nairobi, Quênia, e, atualmente, a agência possui projetos e quadros permanentes em todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

UN HABITAT

United Nations Human Settlements Programme
Caixa Postal: 30030, Nairobi 00100, Kenya
T: +254-20-7623120

www.unhabitat.org



@UNHABITAT



UN-Habitat worldwide



www.facebook.com/UNHABITAT



@unhabitat



QUADRO DE AÇÃO DE RESILIÊNCIA: BOLAMA 2017 - 2027



SUMÁRIO

| | | | |
|---------------------------------------|----|---|----|
| Mensagem do Governador..... | 01 | Ações Prioritárias para a | |
| Introdução..... | 02 | Resiliência da cidade de Bolama | |
| O Contexto da Cidade de Bolama | | Ação Prioritária 01 - Gestão dos | |
| Situação Geográfica | | Resíduos Sólidos & Saneamento..... | 13 |
| Localização..... | 04 | Ação Prioritária 02 - Requalificação | |
| Demografia..... | 04 | de Bairros da Cidade..... | 16 |
| Aspetos Físicos..... | 04 | Ação Prioritária 03 - Melhoria dos | |
| Aspetos Socioculturais | | setores Transporte & | |
| Economia | 04 | Telecomunicação | 19 |
| Comércio..... | 05 | Ação Prioritária 04 - Reorganização | |
| Cultura..... | 05 | da Economia Urbana..... | 22 |
| Bolama Administrativamente | | Ação Prioritária 05 - Adaptação & | |
| A Estrutura Governativa..... | 06 | Mitigação dos Desastres..... | 26 |
| As potencialidades de Bolama | 06 | Ação Prioritária 06 - Melhoria de | |
| Problemas Ambientais | | Educação e Saúde..... | 29 |
| Probabilidade de Ameaças..... | 06 | Ação Prioritária 07 - Produção | |
| Gestão de Riscos de desastres na | | Adequada e Distribuição de | |
| Cidade de Bolama..... | 07 | Água & Energia..... | 31 |
| Processo de Implementação de | | Implementação, Coordenação e | |
| CityRAP | | Monitoria | |
| Fase 0 – Visita Preparatória..... | 08 | Estratégia de Implementação do | |
| Fase 1 – Curso Intensivo..... | 08 | QARC-BOL | 33 |
| Fase 2 – Tarefas da Cidade..... | 09 | Mecanismo de Coordenação..... | 33 |
| Fase 3 – Análise de Dados e | | Mecanismo de Monitoria e Avaliação..... | 34 |
| Priorização..... | 09 | | |
| Fase 4 – Elaboração e Validação | | | |
| do Quadro de Ação para | | | |
| Resiliência da Cidade..... | 11 | | |

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Caros Concidadãos, Parceiros de Desenvolvimento e Investidores convidamos a união em volta deste documento estratégico, designado de Quadro de Ação da Resiliência da Cidade de Bolama (QARCBol). É mais um instrumento de trabalho do Governo local, a par do Plano Estratégico do Desenvolvimento Regional de Bolama/Bijagós. O QARCBol é um documento complementar, inspirado nas necessidades urgentes de Bolama e elaborados por bolamenses. Fato que muito nos orgulha, e realça a convicção de que vai haver uma apropriação local e dos parceiros de desenvolvimento nas diferentes fases/etapas da sua implementação.

O QARCBol cujo início teve lugar com o Governador precedente, mas que tenho a honra de finalizar, marca o virar da página na caminhada para fortalecimento das capacidades locais e preparação para um gestão integrada dos riscos de catástrofes e desastres naturais que ameaçam os nosso sonhos de desenvolvimento.

Bolama que foi a primeira capital do país, tem potencialidades extraordinárias e ainda por descobrir, reduto histórico e cultural como em nenhum outro lugar de presença colonial, praias exuberantes, diversidade étnico-cultural, diversidade da

fauna marinha e um povo acolhedor entre outras características que expressam a sua riqueza e beleza, vê-se a partir deste documento estabelecida as bases para ancorar o seu desenvolvimento local resiliente e sustentável.

Como não podia ignorar as enormes contribuições dos Pontos Focais que se entregaram tudo para realizarem esta nobre tarefas a eles vão o meu reconhecimento, ao Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), ao Centro Técnico Sub-Regional para a Gestão de Riscos de Desastres, à Sustentabilidade e a Resiliência Urbana – DiMSUR a nossa gratidão e reconhecimento.

Para finalizar, reafirmo a engajamento do Governo na sua adoção enquanto um dos importante instrumento de trabalho, que vai orientar os esforços de desenvolvimento da Cidade a curto, médio e longo prazo. Igualmente apelo aos parceiros de desenvolvimento que intervém no Setor a sua adoção para em conjunto promover um desenvolvimento local resiliente e sustentável.

A todos os Bolamenses levantemo-nos e construamos a resiliência, ajudas vêm depois.

Quintino Rodrigues Boné

**Governador da Região
Bolama/Bijagós**

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país costeiro, integra a lista dos Pequenos Estados Insulares e é altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à erosão costeira ligada ao aumento do nível do mar, inundações e erosão fluvial. A ilha de Bolama, dada sua configuração geográfica, é vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas e as autoridades locais não dispõem de capacidades técnicas, materiais e financeiras para fazer face aos riscos climáticos que ameaçam o seu desenvolvimento. Por isso, foi implementada a ferramenta de Planificação de Ações de Resiliência das Cidades (CityRAP) para introduzir a dimensão gestão de riscos e desastres naturais nas estratégias de desenvolvimento local.

É uma ferramenta de planificação aplicada à diferentes escalas territoriais, e que está a ser utilizada em 09 países e mais de 19 cidades da África subsaariana. Ela foi desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

(ONU-Habitat) em colaboração com o Centro Técnico para a Redução de Risco de Desastres, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DiMSUR). O planeamento e o desenvolvimento urbano devem produzir sistemas urbanos que têm maior capacidade de absorver os choques e se adaptar aos impactos. Em momentos de desastre, os impactos e as perdas podem ser substancialmente reduzidos se as autoridades, as pessoas e as comunidades em áreas propensas são resilientes, ou seja, que estejam bem preparadas, prontas para agir e equipadas com o conhecimento e as capacidades para a gestão eficaz dos desastres, dentro de uma perspetiva de desenvolvimento a longo prazo.

Foi nesta base que se desenvolveu CityRAP com o propósito de fortalecer as capacidades internas da cidade, planificando ações integradas e transversais que permitem as autoridades locais gerir de forma eficaz os riscos das alterações climáticas que ameaçam o desenvolvimento da cidade. O processo metodológico para sua

elaboração foi amplamente participativo e inclusivo com foco na valorização dos recursos locais. Isto é, a verdadeira lógica de desenvolvimento “de baixo para cima”, onde os técnicos locais designados de Pontos Focais, foram treinados na base de técnicas de “aprender-fazendo” e sistematizaram os seus desígnios de desenvolvimento. Portanto, é um importante instrumento de governação que vai conduzir a cidade de Bolama nos próximos 10 (2017-2027) anos para um desenvolvimento local resiliente e sustentável.

É um documento estratégico fundado em 07 (sete) prioridades selecionadas e discutidas de forma amplamente participativa, à saber: i) Gestão dos Resíduos Sólidos e Saneamento; ii) Requalificação de Bairros; iii) Melhoria dos setores de Transporte e Telecomunicação; iv) Economia Urbana; v) Infraestruturas de Educação e Saúde; vi) Melhoria de fornecimento de Água e Energia e; vii) Adaptação/Mitigação dos riscos de

desastres. Destes, uma série de atividades em formato passo a passo foram estabelecidas para sua implementação.

Todavia, é um documento de política dinâmico e constitui ponto de convergência entre as diferentes Agendas. A sua implementação concorre para realização de: Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), Agenda 2063 (Africana de Desenvolvimento), Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” (2015 – 2025), UNPAF - Quadro de Parceria Estratégica assinado entre o Governo da Guiné-Bissau e as Nações Unidas (2016-2020).

A atividade de implementação vai ser coordenada pelo Gabinete Regional de Plano e Estatísticas, apoiado tecnicamente pelo Comité Local de CityRAP. Critérios de Gestão Baseado em Resultado é o fundamento para uma implementação bem-sucedida, para otimizar os recursos, viabilizar a monitoria e avaliação e a edificação da cultura de prestação de conta junto às partes interessadas.

O CONTEXTO DA CIDADE DE BOLAMA

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização

A Região de Bolama/Bijagós é uma região administrativa situada na zona insular da Guiné-Bissau, na latitude 11° 14' N e longitude 16° 02' O. Cobre uma superfície de 1.625 km² e é composta por ilhas e ilhéus, mais uma pequena porção continental. O perímetro das suas fronteiras quase coincide com o da Reserva da biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós (RBAB). Das 88 ilhas e ilhéus que compõem o arquipélago, somente 21 são habitadas em permanência. As demais são objeto de ocupação sazonal para fins ligados à produção agrícola e/ou pesqueira, ou rituais culturais.

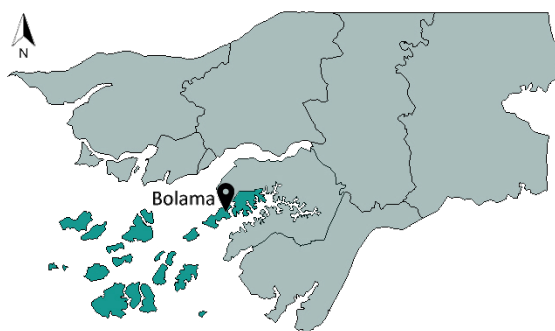


Figura 1. Mapa da Guiné-Bissau, com a Região Bolama/Bijagós em destaque e a localização da cidade de Bolama.

A Cidade de Bolama localiza-se numa ilha de mesmo nome e é a Capital Administrativa da Região. A Ilha de Bolama é limitada a norte pelo canal do Rio Geba, a este, pela Região de Quínara e pela Secção de S. João, a sul, também pela Região de Quinara, e a oeste, pelo Canal de Bolama.

Demografia

A população total residente na Região de Bolama/Bijagós é de 35.563 habitantes, conforme o censo populacional de 2009.

O Setor Administrativo de Bolama alberga 10.206 habitantes (Censo, 2009), distribuídos por quatro Secções: Bolama (urbana), Bolama de Baixo, Ilha de Galinha e a Zona Continental de São João; tendo a maior concentração populacional em Bolama. Contém 262 alojamentos definitivos, 4.577 precários repartidos em cerca de 46 bairros.

Aspetos Físicos

O clima do Setor é do tipo semiárido, com temperaturas médias anuais de 31,7°C de máxima e 22,2°C de mínima, com a velocidade média anual do vento de 10,3 Km/h; apresenta ainda uma precipitação média mensal de 330 mm. Os dados da meteorologia indicam um aumento das temperaturas médias em quase 3°C, enquanto que as chuvas vêm reduzindo de quantidade, ao longo dos últimos 50 anos e são bastante inconstantes (INM, 2017).

O Setor Administrativo de Bolama apresenta topografia plana e caracterizada por solos arenosos, argilosos e granulosos. Nota-se o aumento do nível das águas do mar, que agora chega bem próximo das habitações nas zonas mais baixas (INM, 2017).

ASPETOS SOCIOCULTURAIS

Economia

Os principais setores económicos de Bolama são a comercialização da castanha de caju, a produção do vinho de caju, o transporte marítimo, a pesca artesanal, a coleta e venda de mariscos, a coleta e venda de produtos silvestres (carambola, veludo, cabaceira, mandiple) e pequenos comércios informais.

Os principais produtos dinamizadores da economia local são: a pesa artesanal, a

fruta pão e a castanha de caju. Esse último movimenta grandes valores monetários durante o período da campanha, traz ganhos para as famílias, e melhora o crescimento económico da Ilha.



Figura 2. A economia de Bolama é baseada principalmente na castanha de caju.

Comércio

O comércio formal da região conta atualmente com 90 comerciantes oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Comércio, através da Delegacia Regional, distribuídos pelos quatro setores que a compõem. A maior concentração desses comerciantes está na Cidade de Bolama, sede da região, com 35 elementos (Tabela 1).

Tabela 1. Comerciantes por Setor Administrativo

| SECTOR | MASCULINO | FEMININO | TOTAL |
|--------------|-----------|----------|-----------|
| Bolama | 34 | 1 | 35 |
| Bubaque | 25 | 1 | 26 |
| Uno | 20 | 0 | 20 |
| Caravela | 9 | 0 | 9 |
| Total | 88 | 2 | 90 |

O comércio se realiza de forma desordenada, quase sem aplicação de qualquer regulamentação ou norma da administração local, agravado ainda pela falta de condições higiénicas. O mercado mais usado de Bolama não tem infraestrutura adequada e as autoridades parecem não ter poder de aplicação de

normas existentes neste campo.

Cultura

A Região de Bolama/Bijagós possui um património cultural bastante rico e diversificado, que patenteou tais qualidades desde a então Guiné Portuguesa. Possui vários edifícios históricos, entre eles o do antigo Paços do Concelho, cujas qualidades arquitetónicas são de reconhecimento mundial.

A variedade étnica e linguística produziram grande variedade a nível de dança, da expressão artística, do traje, da tradição musical e das manifestações culturais em geral.



Figura 3: Dança Tradicional.



Figura 4. Cerimónia de Iniciação.

A dança é uma verdadeira expressão artística dos diversos grupos étnicos. Os povos animistas caracterizam-se pelas belas e coloridas coreografias. As fantásticas manifestações culturais

podem ser observadas em ocasiões tais como colheitas, casamentos, funerais e cerimónias de iniciação.

BOLAMA

ADMINISTRATIVAMENTE

A Estrutura Governativa

O sistema governativo da Região Administrativa Bolama/Bijagós é caracterizado pela existência de um Governo Regional, cujo staff é constituído pelo Governador da Região, um contabilista e um Secretário Regional. O Governo Regional conta ainda com quatro Administradores, todos nomeados pelo Conselho de Ministros, sob a proposta do Ministério da Administração Territorial. Fazem parte ainda do Governo Regional, todos os representantes/delegados dos diversos setores governamentais sediados na Região.

Em cada Setor Administrativo existe, além do respetivo Administrador, os representantes dos setores governamentais sediados em cada Setor Administrativo, mais os respetivos staff, propostos pelo Governador, e nomeados pelo Ministério da Administração Territorial, portanto há uma clara concentração do poderes a nível do Governo Central.

As Potencialidades de Bolama

A cidade de Bolama possui pomares significativos de cajueiro que, embora seja uma cultura sazonal, são a principal fonte da renda e de emprego. É uma zona com enorme potencial pesqueiro e com uma associação de pescadores. Possui frutos silvestres de espécies específicas, como a fruta pão e miséria, que na Guiné-Bissau somente são encontradas na cidade de Bolama, e que também contribuem para a

economia local.



Figura 6. Frutas típicas encontradas na cidade de Bolama: miséria e fruta-pão.

É uma cidade histórica com as suas estruturas arquitetónicas e monumentos históricos em estado avançado de degradação. Se restauradas e valorizadas, essas estruturas poderiam potenciar o seu desenvolvimento através nomeadamente do turismo. Para tal, contribuem também as belas paisagens ambientais e as infraestruturas turísticas.



Figura 7. Praia de Ofir.

PROBLEMAS AMBIENTAIS

Probabilidade de Ameaças

A Cidade de Bolama enfrenta uma série de riscos ligados a possíveis choques, de origem natural, e stress, resultante da ação humana. Os riscos de desastre resultam da interseção da probabilidade de ocorrência de ameaças naturais e a vulnerabilidade do território e da população a riscos.

Grande parte dos riscos que ameaçam a

Cidade estão associados à sua localização geográfica. Entretanto, a condição da vulnerabilidade do setor está diretamente ligada ao padrão de desenvolvimento urbano da cidade e às condições socioeconômicas da sua população.

Os riscos que a cidade de Bolama apresenta, devem-se, em grande parte ao processo de expansão acelerada de habitações e campos agrícolas, muitas vezes desordenado e sem instrumentos técnicos de orientação. Esta expansão proporcionou o surgimento e crescimento de assentamentos informais densamente povoados, com habitações precárias e quase nenhum acesso aos serviços básicos.

As casas e edifícios em Bolama são construídos, na sua maioria, com materiais locais e não convencionais como adobes feitos de barro, paus, ramos de palmeiras, palhas, sem ter em conta os riscos de desastres e intempéries.

As fragilidades das habitações e a sua localização em zonas de risco, fazem com que os impactos de desastres sejam maiores.

A Cidade é muito vulnerável à subida do nível médio das águas do mar, fortes ventos, frequentes durante os meses de Setembro e Outubro, erosão costeira, assoreamento dos leitos, desflorestação para fins agrícolas (lavoura e/ou plantação de cajus, etc.). Um eventual desastre pode destruir tudo, devido à inexistência de uma estrutura do Serviço Nacional de Proteção Civil (Bombeiros). Ademais, a falta de planeamento urbano, particularmente na zona informal, tem colocado em risco a vida das populações locais, além de privá-las do acesso aos serviços básicos urbanos.

Em Bolama, as áreas informais encontram-se mais isoladas das infraestruturas e serviços básicos urbanos e públicos como escolas, hospitais, redes de telecomunicação, redes de energia e água, vias de acesso ou estradas, agravando as condições de vulnerabilidade das populações.

As pragas afetam os cultivos, ausência de técnicos locais de proteção vegetal, a falta inseticidas biológicos para combater as pragas que afetam o cultivo campestre em toda a cidade de Bolama, constituem, em grande escala, fatores de risco para a segurança alimentar.

Gestão de Riscos de desastres na Cidade de Bolama

A cidade de Bolama, como todas as demais cidades do país, nunca considerou a gestão de riscos de desastres nas suas agendas de governação. É um conceito novo para a maioria dos responsáveis da gestão da cidade.

Nos últimos anos, tem-se verificado a invasão de águas do mar nas bolanhas orizícolas de mangais, os camponeses perderam os cultivos de arroz e vários diques foram destruídos. A cada ano que passa, nota-se o aumento do caudal dessa invasão, demonstrando assim a importância do planeamento com a finalidade de prevenir, gerir e educar as populações locais sobre os riscos e as formas de geri-los, colocar à disposição deles, meios necessários para adaptar e mitigar os impactos de desastre e medidas de recuperação e reconstrução para melhor reinserção socioeconómica.

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CITYRAP

O processo metodológico de implementação de CityRAP em Bolama, foi caracterizado essencialmente por uma abordagem participativa, que envolveu as seguintes fases sequencialmente estabelecidas, a saber:

- Fase 0 – Visita Preparatória;
- Fase 1 – Curso Intensivo;
- Fase 2 – Tarefas da Cidade;
- Fase 3 – Análise de Dados e Priorização;
- Fase 4 – Elaboração e Validação do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade.

FASE 0 - VISITA PREPARATÓRIA

Data: 08 a 10 de Fevereiro de 2017

Local: Cidade de Bolama

Objetivo: Sensibilizar as autoridades locais com vista ao seu comprometimento com o processo de implementação de CityRAP na cidade.

Atividades:

- Reunião com os responsáveis da Cidade para apresentação do processo;
- Apresentação dos benefícios e requisitos das partes;
- Identificar garantias de interesse e um máximo comprometimento possível;
- Assinatura do Termo de Compromisso.



Figuras 8 e 9. Reunião com as Autoridades Locais.

FASE 1 - CURSO INTENSIVO

Data: 27 a 30 de Março de 2017

Local: Pescarte

Participantes: 25

- Comité de Estado,
- Outras Instituições públicas sediadas na Cidade, incluindo forças de defesa e segurança;
- Poder Tradicional;
- Organizações da Sociedade Civil locais (ONG, Plataforma de Mulheres, Liga Regional dos Direitos Humanos, Parlamento Infantil); e
- Associações de Base (Associação dos Portadores de Necessidades Especiais).

Objetivo: Apresentar o processo metodológico da ferramenta CityRAP e introduzir os conceitos chave sobre a resiliência urbana.

Principais Atividades:

- Treinamento intensivo;
- Seleção de Pontos Focais-responsáveis pela condução do processo de implementação da Ferramenta CityRAP na Cidade;
- Distribuição das tarefas da Cidade.



Figuras 10 e 11. Participantes do Curso Intensivo.

FASE 2 - TAREFAS DA CIDADE

Data: 03 a 14 de Abril de 2017

Local: Pescarte

Participantes: 08

Pontos Focais (PFs) selecionados durante a Fase 1.

Objetivo: Recolher e compilar dados relevantes para avaliar o estado da resiliência da Cidade por meio de metodologias inclusivas que valorizem o conhecimento local.

Principais Atividades:

- Realização da autoavaliação institucional;
- Condução do processo de planeamento participativo nos 10 bairros mais vulneráveis da cidade; e
- Compilação e organização de dados e informações.

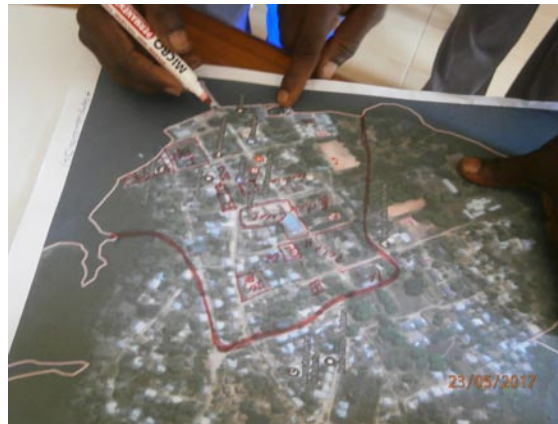


Figura 12. Mapeamento Participativo nos Bairros.

FASE 3 - ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

Data: 22 a 26 de Maio de 2017

Local: CENFOP (Centro de Formação Pesqueira)

Participantes: Esta fase foi marcada por duas atividades distintas a saber:

- Discussão por pilar, conforme a metodologia recomendada – 85 participantes;
- Reunião dos Grupos Focais – 08 participantes.

Objetivo: Definir de maneira participativa as prioridades da Cidade na perspetiva de construir a sua resiliência.

Principais Atividades:

- Realização das discussões ao nível dos Grupos Focais;
- Realização do Seminário de Priorização;
- Distribuição das tarefas de Fase 4.



Figuras 13 e 14. Seminário de Priorização.

FASE 4 - ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PRA RESILIÊNCIA DA CIDADE

REVISÃO

Data: 13 a 17 de Junho de 2017

Local: CENFOP (Centro de Formação Pesqueira)

Participantes: 10

- Consultas técnicas nas instituições especializadas.

Objetivo: Determinar ações prioritárias para elaboração da primeira versão do Quadro de Ação e fazer a revisão completa do QARCBol.

Principais Atividades:

- Realizar Avaliação de Base;
- Rascunho da primeira versão do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade;
- Reunião de Revisão; e
- Elaboração da versão final do Quadro de Ação.



Figuras 15 e 16. Elaboração do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade de Bolama.

VALIDAÇÃO

Data: 06 de Setembro de 2017

Local: Auditório da Escola de Formação de Bolama

Participantes: 36

Objetivo: Apresentar o Quadro de Ação de Resiliência da Cidade, discutir e validar o QARCBol junto às autoridades do setor.



Figuras 17 e 18. Foto de Família ao início e fim da validação.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A RESILIÊNCIA DA CIDADE DE BOLAMA

O caminho em direção a uma Cidade ordenada, resiliente e próspera, passa pela execução de atividades essenciais que visem a diminuição da vulnerabilidade da Cidade.

Com o intuito de identificar e detalhar tais atividades chaves, sete ações foram identificadas, selecionadas e priorizadas, por meio da metodologia participativa engendrada por próprios bolamenses a partir da Ferramenta CityRAP, como soluções aos principais problemas a constar no Quadro de Ação de Resiliência da Cidade.

Para cada uma destas ações prioritárias, uma série de atividades específicas foram delineadas a curto, médio e longo prazos, que deverão ser financiadas com fundos próprios decorrentes da recolha das taxas/impostos da Cidade, e outros a serem mobilizados pelo Governo e parceiros de desenvolvimento nos próximos anos, para assim, fortalecer as capacidades locais, construindo consequentemente a resiliência da Cidade, num horizonte temporal de 10 anos. Os valores apresentados nas tabelas são

estimativas que deverão ser atualizados mediante os estudos. A implementação de tais atividades por partes de diferentes *stakeholders*¹, contribuirá para que Bolama alcance a resiliência urbana e, naturalmente, construa as bases para um desenvolvimento local seguro, inclusivo e equitativo, à luz da Agenda 2030 e 2063.

Para cada atividade foi identificado o seu responsável. Portanto, as ações de concertação e integração são elegidas como única forma para uma atuação mais impactante. Neste caso, cabe ao Gabinete Regional de Plano e Estatística desempenhar esse papel de coordenação, conforme adiante explicado.

Naturalmente, é necessário compreender que o presente Quadro de Ação, enquanto instrumento de trabalho de Governo local, pretende apenas jogar um papel de complementaridade com outros instrumentos de governação local existentes e estabelecer as necessárias ligações tanto com o Plano Estratégico e Operacional TerraRanka, a Agenda Africana de Desenvolvimento e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 2. Ações Prioritárias

| | |
|---------------------|--|
| PRIORIDADE 1 | Gestão dos Resíduos Sólidos & Saneamento |
| PRIORIDADE 2 | Requalificação de Bairros da Cidade |
| PRIORIDADE 3 | Melhoria dos setores Transporte & Telecomunicação |
| PRIORIDADE 4 | Reorganização da Economia Urbana |
| PRIORIDADE 5 | Adaptação & Mitigação dos Desastres |
| PRIORIDADE 6 | Melhoria de Educação & Saúde |
| PRIORIDADE 7 | Produção Adequada e Distribuição de Água & Energia |

VISÃO DA CIDADE DE BOLAMA

Uma cidade bem urbanizada com as infraestruturas sociais adequadas e disponíveis para bem servir todos os seus habitantes e visitantes, valorizando o seu meio ambiente e promovendo uma exploração sustentável do mar

¹ Partes interessadas

AÇÃO PRIORITÁRIA 1: ESTABELECEM AS ESTRUTURAS E CAPACIDADES NECESSÁRIAS PARA A GESTÃO RESILIENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO BÁSICO

Resultados Esperados:

Introduzir técnicas de 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) na gestão integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e desenvolver atividades alternativas geradores de emprego e renda para jovens

Administrativamente, a Cidade não estabeleceu uma estrutura/departamento responsável para gerir os resíduos e saneamento, embora conste no seu organograma, o Departamento de Resíduos e Saneamento, aprovado pelas instâncias competentes do Ministério da Administração Territorial. Portanto, há uma necessidade urgente de instalar e operacionalizar o referido Departamento, tornando-o funcional, para realizar as tarefas de gestão de resíduos sólidos.

A Cidade não dispõe de aterro, sanitário ou controlado, nem de um local reservado tecnicamente para deposição de lixos. Também, ainda persistem, na cidade e áreas suburbanas, práticas de defecação ao ar livre com sérias implicações na saúde e na qualidade de vida das populações locais. Os mercados, espaços públicos sem latrinas para melhorar as condições higiénicas. Essa situação tende agravar-se no período das chuvas, onde toda água pluvial arrasta a quantidade de lixos e outras substâncias nocivas à saúde humana e animal para os leitos dos rios e pontos de água. De referir que a esmagadora maioria dos populares depende desses ecossistemas para apanhar a água para o consumo doméstico.

Portanto, como a Cidade de Bolama é rodeada de rio e com algumas entradas

de braços de mar por terra adentro, a falta de uma estratégia clara para a gestão sustentável da problemática de lixo e saneamento básico tem contribuído na degradação das condições de vida das populações locais, e poderá piorar a deterioração do seu meio ambiente, mar e espécies aquáticas importantes para a economia e para o sustento das famílias, além de agravar a insegurança alimentar.

Por isso, há uma certa urgência na implementação de atividades abaixo apontadas, para tornar a Cidade limpa e poder oferecer aos seus residentes e visitantes uma melhor condição de vida e potencializar excelentes condições naturais de que a cidade dispõe, para alavancar o ecoturismo enquanto atividade geradora de rendimento. Isso nos leva a pensar na gestão de lixo, também como uma atividade produtiva, que pode gerar oportunidades de emprego e renda, para as populações locais, em particular mulheres e jovens.

Entretanto, as ações e atividades aqui propostas, são fundamentadas nos princípios de gestão integrada e sustentável de lixo, 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). A sua eficácia depende, em larga medida, do real envolvimento das comunidades locais.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|-------------------------------|---|--------------------------|--------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Criar e operacionalizar o Departamento de Saneamento Básico no Comité de Estado | Comité de Estado | Ministério de Administração Territorial | Cidade | 10.000.000 |
| Integrar RSU e Saneamento nos Planos Diretor e Pormenor | Ministério das Obras Públicas | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP | Cidade | - |
| Aprovar os Planos Diretor e Pormenor | Ministério das Obras Públicas | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP | Cidade | 5.000.000 |
| Adquirir e fornecer ao Departamento de Saneamento materiais e equipamentos para recolha e evacuação de lixo | Comité de Estado | Ministério das Finanças, UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP | Cidade | 100.000.000 |
| Promover a recolha de taxas e impostos municipais | Ministério das Finanças | Comité de Estado, UN-H, Ministério da Administração Territorial | Cidade | 2.000.000 |
| Implantar pontos de deposição de lixos nas áreas formais e informais | Comité de Estado | AMI, ADPP, Ader/lega, Pró-Bolama | Cidade | - |
| Criar programas de sensibilização, informação e comunicação sobre lixo, uso adequado de casas de banho públicas e defecação ao ar livre | Pró-Bolama | Comité de Estado, UN-H, AMI, CRJ, Cruz Vermelha, ADPP | Cidade | 2.500.000 |
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Formar quadros técnicos da Cidade sobre técnicas de 3Rs (Reutilizar, Reduzir e Reciclar) | Comité de Estado | Ministério do Ambiente | Cidade | 10.000.000 |
| Aquisição de recipientes para deposição adequada de lixo | Comité de Estado | UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP | Cidade | 17.500.000 |
| Realizar estudos técnicos para construção de latrinas nos espaços públicos | Ministério das Obras Públicas | Ministério da Saúde, IMVF, AIDA, ONGs | Espaços Públicos | 15.000.000 |
| Aprovação dos estudos técnicos para construção de latrinas nos espaços públicos | Comité de Estado | Ministério das Obras Públicas, Ministério da Saúde | Mercado, Jardins e Porto | 2.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|------------------|-------------------------------------|--------------------------|--------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Construir latrinas melhoradas nos espaços públicos, conforme arquitetura adaptativa | Comité de Estado | AMI, ADPP, Ader/lega, Pró-Bolama | Mercado, Jardins e Porto | 25.000.000 |
| Estudos técnicos para implantação de aterro controlado | Comité de Estado | UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP, UE | Cidade | 75.000.000 |
| Aprovação dos estudos técnicos para implantação de aterro controlado | Comité de Estado | UN-H, AMI, CRJ, Cruz Vermelha, ADPP | Periferia | 2.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Construção de um aterro controlado na cidade | Comité de Estado | UN-H, AMI, CRJ, Cruz Vermelha, ADPP | Periferia | 150.000.000 |
| Criação de centro de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos | Comité de Estado | UN-H, Augustus, PNUD, AMI, ADPP | Cidade | 200.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 2: PROMOVER O PLANEAMENTO URBANO RESILIENTE

Resultados Esperados:

Promover o uso sustentável de terra, combinando expansões urbanas com densidades e compacticidade, reduzida a dispersão urbana, bem como prevenir alterações desnecessárias no uso do solo

A Cidade de Bolama é constituída, no seu todo, por cerca de quarenta e seis (46) bairros, que apresenta uma zona formal, urbanizada desde a época colonial, que constitui o centro da Cidade e onde se encontram concentradas quase todas as Infraestruturas urbanas de que a Cidade dispõe.

A grande maioria da população reside nos assentamentos informais, desprovidos praticamente de todas as Infraestruturas de base, serviços básicos urbanos, entre outros. Também é verdade que a ocupação dessas zonas não obedeceu rigorosamente nenhum plano ou desenho urbano. A Cidade foi se expandindo desordenadamente, e as zonas de risco não foram poupadas.

Hoje a Cidade precisa reassentar algumas famílias que vivem em zonas de riscos. Essas casas são maioritariamente construídas com materiais locais, precários e sem qualquer consideração às consequências das alterações climáticas

e padrões técnicos capazes de suportar algum tipo de desastre, choque ou stress de ordem natural ou antrópico. Em relação aos instrumentos de governação urbana, a Cidade não dispõe praticamente de nada. O quadro legal não é aplicado e está desatualizado, porquanto datado da época colonial, precisando urgentemente de ser revisto ou de um novo e mais adaptado, para acompanhar a dinâmica de ocupação e expansão na cidade, evitando deste modo, mais riscos de conflitos e alto custos de reordenamento e/ou reassentamento de famílias.

O reordenamento dos bairros visa essencialmente tornar a cidade mais conectada, compacta e controlar a expansão, tornando-a mais acessível, compacta, verde e reduzindo a perda de terra produtiva e de ecossistemas frágeis e importantes, para desenvolverem suas atividades produtivas com vista a criação de riquezas para um desenvolvimento local resiliente e sustentável.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|---|---|---|---------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Implantar serviços do Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo na cidade | Ministério das O. Públicas (Geografia e Cadastro) | Comité de Estado, Ministério da Adm. Territorial | Comité de Estado | 10.000.000 |
| Produzir mapa atualizado de Cidade de Bolama | Ministério das O. Públicas (Geografia e Cadastro) | UN-H, Augustus, PNUD, BM, UE, BOAD, Embaixadas | Cidade | 35.000.000 |
| Promover a recolha de taxas e impostos municipais | Comité de Estado | Ministério das Finanças, Ministério da Adm. Territorial | Cidade | 5.000.000 |
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Elaborar Planos (Diretor e Pormenor) de Bolama | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE | Cidade | 250.000.000 |
| Aprovar os Planos (Diretor e Pormenor) de Bolama | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | Com. Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE | Cidade | 25.000.000 |
| Implementar as medidas do Plano Pormenor nos bairros | Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo) | UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, BOAD | Telegra, N'tatcha, Senzala, Castelo, Luanda, Gã-nafa e Assomada | 300.000.000 |
| Estudo técnico para reabilitação de edifícios públicos | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | Com. Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE, UNESCO | Cidade | 25.000.000 |
| Aprovar Estudo técnico para reabilitação de edifícios públicos | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | Com. Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE, UNESCO | Comité de Estado | 5.000.000 |
| Reabilitar os edifícios públicos | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | UNESCO, Augustus, ACTL, UE, Embaixadas, EUA | Cidade | 2.000.000.000 |
| Estudo técnico para reabilitação e criação de espaços públicos na cidade | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | Com. Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE | Cidade | 10.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|--|---|---|---|--------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Aprovação de estudo técnico para reabilitação e criação de espaços públicos na cidade | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | Com. Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, Min. Obras Públicas, UEMOA, UE | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Reabilitar e criar espaços públicos na cidade | Ministério das Obras Públicas (Hab. e Urbanismo) | UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, Embaixadas | Cidade | 250.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Estudo técnico para requalificação conforme o Plano Pormenor | Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo) | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, BOAD | Telegra, N'tatcha, Senzala, Castelo, Luanda, Gã-nafa e Assomada | 25.000.000 |
| Aprovação do Estudo técnico para requalificação conforme o Plano Pormenor | Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo) | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, BOAD | Telegra, N'tatcha, Senzala, Castelo, Luanda, Gã-nafa e Assomada | 2.000.000 |
| Implementar atividades de requalificação, conforme o Plano Pormenor na perspetiva de urbanização | Comité de Estado | UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, BOAD | Telegra, N'tatcha, Senzala, Castelo, Luanda, Gã-nafa e Assomada | 800.000.000 |
| Estudo técnico para reassentamento das famílias em zonas de risco | Serviços de Protecção Civil | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, EU, BOAD | Telegra e N'tatcha | 25.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para reassentamento das famílias em zonas de risco | Serviços de Protecção Civil | Comité de Estado, UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, EU, BOAD | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Reassentar famílias em zonas de risco | Comité de Estado | UN-H, Augustus, PNUD, BM, UEMOA, UE, BOAD | Telegra e N'tatcha | 500.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 3: REFORÇAR A CONECTIVIDADE DE BOLAMA POR MEIO DA MELHORIA DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE E TELECOMUNICAÇÃO

Resultados Esperados:

Os sistemas de transportes e telecomunicação são melhorados na perspectiva de transformar Bolama em Cidade segura e conectada

A Cidade de Bolama encontra-se isolada da zona continental. As pirogas constituem ainda meio de transporte que facilita a ligação como continente e entre as ilhas. No entanto, essas pirogas estão desprovidas de condições de segurança marítima para transportar pessoas e mercadorias. Não dispõem, por exemplo, de aparelho com tecnologia de localização por satélite - GPS (*Global Positioning System*²), sanitários e coletes salva-vidas adequados. Os coletes utilizados não oferecem condições de higiene, e tampouco obedecem aos padrões de segurança exigidos pelas normas internacionais.

A nível urbano, as deslocações entre bairros ou localidades ocorrem com ajuda das motos, motocicleta, e bicicletas. As estradas existentes, em terra batida, estão em mau estado de conservação, e algumas em estado avançado de degradação.

Pelo menos não foi encontrado, neste Setor Administrativo, um instrumento jurídico que aborda rigorosamente a questão da segurança marítima com vista a garantir conforto e segurança aos passageiros e as pessoas que escolhem visitar a ilha.

As redes de telecomunicações (internet e telefone) são deficitárias e não têm cobertura total da cidade. Essas dificuldades agravam-se na época chuvosa, quando não se pode aceder aos serviços de internet e outros, ficando a cidade parcialmente incomunicável. Essas dificuldades têm impactos significativos na vida económica e social da população local.

Atualmente, existem dois navios para carga, que fazem a ligação Bissau-Bolama e vice-versa, duas vezes por semana. Entretanto, o assoreamento dos canais de navegação, a existência de bancos de areia ao longo do percurso mais curto entre Bolama e Bissau e a falta de sinalização marítima transformam a viagem de pouco mais de 2 horas, numa viagem distante e cansativa, de cerca de 5 horas.

Portanto, estas dificuldades requerem uma estratégia local integrada, envolvendo setores chaves, quer através de parceria pública e privada, envolvendo outros setores económico produtivos para resolução de problemas de acesso aos serviços essenciais e mobilidade, na perspectiva de torná-la mais inteligente, acessível e resiliente. Todavia, as atividades abaixo indicadas podem orientar nesta direção.

² Sistema de Posicionamento Global

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|--|---|--|---|----------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Elaborar regulamento de navegação marítima na cidade e integrá-lo no Plano Director | Ministério dos Transportes | IMP, PNUD, UN-H, Augustus, UEMOA | Cidade | 20.000.000 |
| Aprovação de regulamento de navegação marítima da cidade | Ministério dos Transportes | IMP, Ministério das Finanças, Augustus | Comité de Estado | 5.000.000 |
| Implementação e regulamento de navegação marítima pela estrutura competente | Ministério dos Transportes | IMP, PNUD, UN-H, Augustus, UEMOA | Cidade | A cargo de IMP |
| Capacitar os actores portuários na metéria de segurança marítima | Instituto Marítimo Portuário | Min. Transportes, IMP, UE, BAD, Protecção Civil | Cidade | 30.000.000 |
| Implantar rádio comunitária com cobertura regional | Pró-Bolama | AMI, ARN, UE, BM | Cidade | 50.000.000 |
| Melhorar e ampliar a rede de telecomunicação em toda cidade | Comité de Estado | Ministério da Comunicação, MTN, Orange | Cidade | 2.000.000.000 |
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Construção de ciclovias, rotas para caminhadas e respectivas sinalizações | Ministério dos Transportes | IMP, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, UNOPS | Cidade | 1.000.000.000 |
| Alocação de jangada para fazer a ligação entre cidade de Bolama e São-João | Ministério dos Transportes | UEMOA, CEDEAO, PNUD, BM, UE, FIDA | Bolama e São-João | - |
| Reabilitar as estradas que ligam Buba X São-João e Nova Sintra X N'tchudé e centro da cidade | Ministério das Obras Públicas (Estradas e Pontes) | UEMOA, CEDEAO, UE, FIDA, BOAD, BAD, UNOPS | Buba X São-João e Nova Sintra X N'tchudé Centro da cidade | 20.000.000.000 |
| Realizar estudos técnicos para reabilitação de cais de Bolama | Ministério das Obras Públicas (Estradas e Pontes) | Com. Estado, MOPCU, UEMOA, CEDEAO, UE, FIDA, BOAD, BAD, UNOP | Cais | 25.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para reabilitação de cais de Bolama | Ministério das Obras Públicas (Estradas e Pontes) | Comité de Estado, UEMOA, CEDEAO, EU, FIDA, BOAD, BAD, UNOPS | Comité de Estado | 2.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|---|--|-------------------|---------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Reabilitar cais de Bolama | Ministério das Obras Públicas (Estradas e Pontes) | Comité de Estado, Min. Transportes, UEMOA, CEDEAO, BM, UE, BOAD, UNOPS | Cais de Bolama | 500.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Sinalizar e balizar as rotas de navegação marítima | Ministério dos Transportes | IMP, UEMOA, PNUD, BM, EU, BOAD, BAD, BID | Mar | 300.000.000 |
| Realizar estudos técnicos para construção e reabilitação de rampas de acesso para atracagem da jangada em Bolama e São-João | Ministério das Obras Públicas | IMP, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, UNOPS | Bolama e São João | 25.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos de construção e reabilitação de rampas de acesso para atracagem de jangada em Bolama e São-João | Ministério das Obras Públicas | IMP, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Construir e reabilitar rampas de acesso para atracagem da jangada em Bolama e São-João | Ministério das Obras Públicas | UEMOA, CEDEAO, PNUD, BM, UE, FIDA, UNOPS | Bolama e São João | 3.500.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 4: FOMENTAR UMA ECONOMIA URBANA VIBRANTE E RESILIENTE

Resultados Esperados:

As potencialidades económicas locais são valorizadas, apostando seriamente na (re)organização e dinamização do setor informal, fomento ao empreendedorismo, sobretudo de mulheres e jovens, para promoção de uma economia local vibrante e resiliente

A Cidade de Bolama tem um potencial económico impressionante, mas que, devido à falta de uma estratégia clara para potencializá-la, se assiste ao seu sufocamento, retardando o seu crescimento e desenvolvimento. Essas potencialidades vão desde o turismo (praias naturais de areias brancas, águas límpidas, florestas verdejantes para a caça desportiva, patrimónios históricos, diversidade étnico-cultural, paisagem natural exuberante, cultura acolhedora, etc.), a produção agrícola, a transformação da castanha de caju e da sua polpa em vinho e aguardente, pescarias, frutos exóticos, recuperação unidades produtivas, entre outras.

Na verdade, as estratégias para alavancar o desenvolvimento local passam entre outras pela valorização e especiação no setor agrário, recuperação de infraestruturas produtivas para criar oportunidade de emprego para jovens e mulheres. O setor das pescas é uma mais valia para Setor, mas que as infraestruturas de produção se encontram praticamente inoperantes.

O Setor produziu na campanha de caju 2017 o equivalente a 23 mil toneladas de castanhas de caju bruto, além da polpa que quase não é aproveitada, senão para o fabrico caseiro de vinho. Portanto, pretende-se, na verdade, apostar nessas potencialidades, valorizando e reorganizando o comércio informal, dominado predominantemente por mulheres vendedeiras, organizá-las e promover a atribuição de microcréditos. Pois, a ausência de investimentos no Setor, comprometerá o sustento das famílias, a permanência na cidade, a criação de riqueza condição *sine quo non* para o bem-estar das populações.

Paralelamente, sugere-se potenciar atividade agrícola com criação de cooperativas agrícolas e de pesca, reabilitar e equipar minimamente Centro de Formação Pesqueiro (CEFOPE), recuperar a Imprensa Nacional da Guiné, entre outras. Assim, a cidade criará especialidades que serão diversificadas com o Centro de orientação e fomento ao empreendedorismo com base nas potencialidades do Setor. Julga-se por meio dessas estratégias integradas, a Cidade de Bolama pode chegar a uma economia resiliente e vibrante.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|--|------------------------------|---|-------------------|--------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Aquisição de materiais e equipamentos para dinamização do Centro de Formação Pesqueira | Ministério das Pescas | UE, Augustus, UEMOA, Embaixadas, BM, BOAD, BAD, PNUD, UNOPS | CEFOPE | 250.000.000 |
| Realizar estudos técnicos para construção/reabilitação de mercado observância a arquitetura adaptativa | Ministério de Obras Públicas | Comité de Estado, UE, Augustus, UEMOA, BM, BOAD, BAD, PNUD, UNOPS | Mercados | 15.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para construção/reabilitação de mercado observância a arquitetura adaptativa | Ministério de Obras Públicas | Comité de Estado, UE, Augustus, UEMOA, Embaixadas, BM, BOAD, BAD, UNOPS | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Construir mercados em observância a arquitetura adaptativa | Comité de Estado | UEMOA, Ministério do Comércio, PNUD, AMI, UNOPS | Mercado Municipal | 500.000.000 |
| Aplicar código de coleta de taxas e impostos | Ministério das Finanças | Comité de Estado, UN-H; Ministério de Administração Territorial | Cidade | 2.000.000 |
| Promover programas de sensibilização sobre as Boas Práticas de pesca sustentável | Pró-Bolama | FAO, UA, UE, Min. Pescas, PNUD, IBAP, UICN, Palmeirinha, Tiniguena | Cidade | 15.000.000 |
| Criar programa de sensibilização para criadores de gado e agricultores | MADR | C.Estado, Medias, ONGs, Pro-Bolama, ADER/LEGA | Cidade | 15.000.000 |
| Aquisição e distribuição de sementes para produção agrícola | MADR | FAO, PAM, CEDEAO, UEMOA, BAD, FIDA, UA, PEASA | Cidade | 100.000.000 |
| Incentivar a produção de animais de ciclo curto através das orientações empresariais a fornecer no Centro de Formação e Orientação Empresarial | MADR (Pecuária) | FAO, UA, EU, PNUD, Augustus, FIDA | Cidade | 300.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|---------------------------------------|--|------------------|--------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Reabilitar a fábrica de gelo | Ministério das Pescas | UE, PNUD, Augustus, UEMOA, Embaixada China, Japão, Coréia do Sul), BM, BOAD, BAD | CEFOPE | 78.000.000 |
| Criar cooperativas de produtores de caju | MADR | UE, PAM, FAO, UEMOA, BAD, FIDA | Peri-Urbana | 5.000.000 |
| Criar Cooperativa de pescadores | Ministério das Pescas | UE, UEMOA, Embaixadas (China, Japão, Coréia do Sul), BM, BOAD, BAD, UICN, FIDA | Peri-Urbana | 5.000.000 |
| Apoiar na elaboração de estatutos, regulamentos interno e planos de ação estratégica | MADR | UE, Augustus, UEMOA, Embaixadas (China, Japão, Coréia do Sul), BM, BOAD, BAD, UICN, FIDA | Peri-Urbana | 20.000.000 |
| Aprovação dos estatutos e regulamento interno das cooperativas | MADR | UE, Augustus, UEMOA, BM, BOAD, BAD, UICN, FIDA | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Reforçar as capacidades de Comité de Estado na matéria de gestão financeira e prestação de contas | Tribunal de Contas | Comité de Estado, UEMOA, BM, UE, PNUD, ACTL | Comité de Estado | 10.000.000 |
| Criar balcões de microcrédito | Ministério da Economia e das Finanças | Comunidade, Empresas, Agência de prom. de microcrédito, CCIAS | Cidade | 12.000.000 |
| Elaborar estudos técnicos para construção de 02 talhos para comercialização de pescado | Ministério de Obras Públicas | Comité de Estado, UEMOA, UE, ONU Mulher, CEDEAO, AMAE, PNUD, UNOPS, UN-H | Cidade | 15.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para construção de 02 talhos para comercialização de pescado | Min. Obras Públicas | Comité de Estado, UEMOA, UE, ONU Mulher, CEDEAO, AMAE | Comité de Estado | 2.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|--------------------------------|---|---|----------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Construir 02 talhos para comercialização de pescado | Min. Pescas e Plano | Comité de Estado, UEMOA, UE, ONU Mulher, CEDEAO, AMAE, PNUD, UNOPS | Cidade | 60.000.000 |
| Implantar serviços do Ministério do Turismo na cidade | Ministério do Turismo | UNESCO, IBAP, Comité de Estado, Ministério das Finanças, ADM Territorial | Cidade | 5.000.000 |
| Recuperar as bolanhas | MADR (Dep. de Eng. Rural) | FAO, CEDEAO, UEMOA, BAD, FIDA, UA, EU, BOAD, BM | Umpa Quadé, Pinhonco, Cabopa, Lala, Djiu Casseque, Canema, Gã-Balanta | 12.000.000.000 |
| Reabilitar e equipar Ciné-Bolama para fins culturais | Sec. Est. Cultura | Cultura, AUGUSTUS, UE, ACTL, PNUD | Ciné-Bolama | 500.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Criar centro de orientação empresarial para capacitação de jovens e mulheres nos domínios de empreendedorismo e primeiro emprego (sector primário e serviços) | Secretaria da Economia (Plano) | BM, EU, CEDEAO, UEMOA, Centros de Formação, C. Comer., ONU Mulher, FNUAP, FAO | Cidade | 150.000.000 |
| Aquisição de fatores de produção (tratores e engenhos agrícolas) para apoiar a dinamização da rizicultura | MADR (Dep. de Eng. Rural) | Min. Agric., FAO, PAM, FIDA, BOAD, CEDEAO, UE, UA | Cidade | 250.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 5: REFORÇAR AS CAPACIDADES LOCAIS PARA A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Resultados Esperados:

O Governo dispõe de instrumentos de política transversais com vista a introdução de adaptação e mitigação nas estratégias locais de desenvolvimento e gestão de riscos de catástrofes naturais

A qualidade do meio ambiente de Bolama ainda não está muito degradada, devido aos fatores culturais dos povos que predominam na localidade e à sua localização estratégica atrair interesses para investimentos externos. Este último fator deve ser aproveitado para múltiplas vantagens que oferece e do ponto de vista urbano e territorial deve ser planificado para melhor acautelar ou potencializar os investimentos e gerir o aumento populacional, a ocupação desordenada, a especulação e os conflitos de terras, animados pelo eventual projeto de exploração da zona.

Por ser uma zona costeira, muito vulnerável aos efeitos da erosão costeira e abriga ecossistemas sensíveis e ambientalmente frágeis, destacando sua importância como ecossistemas provedores de recursos significativos para o sustento das famílias locais, dando importante contribuição na segurança alimentar, a prosperidade económica, etc., deve ser salvaguardada a sustentabilidade dos referidos recursos para as gerações atuais e vindouras.

O reforço de quadro legal e regulamentar, instrumentos de gestão de terra no contexto local e outras medidas de planeamento urbano e territorial podem justamente colaborar na conservação do património ambiental e preparar a cidade para melhor gerir os riscos naturais de que são expostas.

Também a formação e informação da população sobre a necessidade de medidas e formas de como lidar com eventuais efeitos das alterações climáticas, adaptação e mitigação dos riscos de desastres, constituem medidas urgentes e indispensáveis, que requerem estratégias pró-ativas integradas para redução seus impactos negativos.

No entanto, as medidas aqui propostas vão colaborar na proteção e conservação dos ecossistemas locais, integrando-os no planeamento territorial para gestão de riscos de desastres e de catástrofes naturais na perspectiva de atenuar e mitigar seus impactos na vida das populações locais.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|-------------------------------------|--|------------------|--------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Elaborar estudos sobre perfil de vulnerabilidade climática, estratégia local de adaptação e redução de riscos de catástrofes | Ministério do Ambiente | Instituto Nacional de Meteorologia, UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM | Cidade | 60.000.000 |
| Aprovação de perfil de vulnerabilidade climática, estratégia local de adaptação e redução de riscos de catástrofes | Ministério do Ambiente | Instituto Nacional de Meteorologia, UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM | Comité de Estado | 6.000.000 |
| Implementar plano de contingência; Sistema de Alerta precoce e estratégias de redução de riscos de desastres | Ministério do Ambiente | Instituto Nacional de Meteorologia, UN-H, PNUD, EU, BAD, IBAP, UICN, FIDA, FAO, PAM, FAO | Cidade | 45.000.000 |
| Instalar autoridades Ambientais no Setor | Ministério do Ambiente | Comité de Estado, Ministério de Administração Territorial | Cidade | 10.000.000 |
| Promover campanhas de sensibilização sobre gestão de riscos de desastres e alterações climáticas | Palmeirinha | MA/IBAP, PNUD, AUGUSTUS, UICN, Pró-Bolama, ADER/Bolama, FIDA | Cidade | 17.000.000 |
| Promover atividades de repovoamento florestal nas zonas sensíveis, vulneráveis, degradadas e nas principais ruas da Cidade | Ministério do Ambiente | MA/IBAP, MADR/DGFF, FAO, PNUD, PAM, AUGUSTUS, WETLANDS, UICN | Cidade | 75.000.000 |
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Criação de comité de coordenação para gestão de riscos de desastres | Protecção Civil | PAM, FAO, UICN, FIDA, PNUD, CILLS | Cidade | 2.500.000 |
| Criação de florestas e proteção de zonas verdes existentes e criação de viveiros para vulgarização de espécies frutícolas de origem local | Direção Geral das Florestas e Fauna | MA/IBAP, MADR/DGFF, FAO, PNUD, AUGUSTUS, PAM, UN-H | Cidade | 12.000.000 |
| Implantação de barreiras artificiais para estancar avanço da erosão costeira | Direção Geral das Florestas e Fauna | MA/IBAP, MADR/DGFF, FAO, PNUD, AUGUSTUS, WETLANDS, UICN, PAM | Zonas de risco | 100.000.000 |

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|------------------------|---|--------------------------|--------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Equipar a estação meteorológica com materiais e equipamentos apropriados para melhor produção de dados e disseminação de informações sobre os parâmetros climáticos | Ministério do Ambiente | PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs, PNUD, UICN | Serviços de Meteorologia | 300.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Deslocação de famílias que vivem nas áreas de risco | Protecção Civil | UN-H, BAD, FAO, PAM, EU, PNUD, Augustus, BM, UNICEF | Zonas de Risco | 500.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 6: PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Resultados Esperados:

A Cidade de Bolama dispõe de infraestruturas (educação e saúde) adaptativas e resilientes para otimização dos recursos e valorização dos materiais locais

A disponibilidade de infraestruturas de Educação e Saúde em Bolama é insuficiente e precária, concentrada na sua maioria no centro da Cidade e não oferecem mínimas condições de segurança. Apontando apenas algumas dificuldades, nota-se que há alunos que percorrem mais de 7Km de distância diariamente para se chegar a escola, e quando se trata dos níveis do 3º ciclo do Ensino Básico ou dos liceus, a situação é ainda pior.

A Educação e Saúde são confrontadas com insuficiência de técnicos e de fraca capacidade para realizarem melhor as suas tarefas diárias. No que concerne à saúde, é urgente a implantação de Postos de Saúde de Base como forma de descongestionar o único Centro Regional de Saúde existente nas ilhas. É de salientar que este encontra-se localizado nas casernas do quartel

militar de Bolama, correndo sério risco de o espaço ser recuperado pelos militares.

A Saúde está confrontada com insuficiência de técnicos especialistas e serviços especializados. A prestação dos serviços básicos, investindo na proximidade das infraestruturas de educação e saúde pode, para além de melhorar o rendimento escolar, salvar vidas humanas, particularmente das mulheres enquanto grupo vulnerável.

Neste caso, as longas distâncias e dificuldades de acesso a esses serviços considerados essenciais, representa desafios enormes para a sua sustentabilidade. Portanto, o fornecimento local desses bens e serviços, pode certamente melhorar a qualidade de vida da população local.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|--|------------------------|---|-----------------------------|----------------|
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Realizar estudos técnicos para construir escolas com arquitetura adaptativas | Ministério da Educação | Comité de Estado, ACTL, UN-H, AUGUSTUS, UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, AIDA, EU, BM, IPHD, AIDA, FNUAP, IMVF, UNOPS | Escolas da Cidade | 25.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para construção de escolas | Comité de Estado | ACTL, UN-H, AUGUSTUS, UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, AIDA, EU, BM, IPHD, AIDA, FNUAP, IMVF | Comité de Estado | 2.000.000 |
| Realizar estudos para construção de Postos de Saúde de Base | Comité de Estado | ACTL, UN-H, AUGUSTUS, UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, AIDA, EU, BM, IPHD, AIDA, FNUAP, IMVF | Cidade | 25.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para construção de Postos de Saúde de Base | Comité de Estado | UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, ACTL, EU, AIDA, AMI, IPHD, IMVF | Cidade | 2.000.000 |
| Construir escolas conforme a arquitetura adaptativa | Ministério da Educação | UNICEF, PDDC, AMI, UN-H, IPHD, IMVF | Cidade | 2.500.000.000 |
| Equipar as escolas | Ministério da Educação | UNICEF, PDDC, AMI, UN-H, IPHD, IMVF | Cidade | 500.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Implantar Centros Saúde de Base nos bairros requalificados e reassentados | Ministério de Saúde | AUGUSTUS, UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, FNUAP, ACTL, UE, AIDA, AMI, IPHD, IMVF | Cassucaï, Assomada, Ntatcha | 25.000.000.000 |
| Aquisição de ambulância para transportar doentes | Ministério de Saúde | AUGUSTUS, UNICEF, OMS, FUNDO GLOBAL, FNUAP, ACTL, UE, AIDA, AMI, IPHD, IMVF | Cidade | 80.000.000 |

AÇÃO PRIORITÁRIA 7: GARANTIR ACESSO FACILITADO À ÁGUA E ENERGIA PARA OS MAIS VULNERÁVEIS

Resultados Esperados:

As famílias mais vulneráveis dispõem de serviços básicos (água e energia) em quantidade e qualidade para melhorar seu bem-estar

Há alguns anos, a Cidade de Bolama não produz e distribui a energia elétrica pública para as habitações, apesar da existência de um gerador diesel com capacidade de 220 KVA de potência instalada. O gerador não é utilizado para a produção de energia elétrica devido à falta de cabos de distribuição, além da falta de manutenção da rede subterrânea de distribuição da energia, instalada na época colonial.

A iluminação pública existe apenas em algumas artérias no centro da Cidade (zona formal), através de painéis fotovoltaicos. O resto da cidade está desprovido de energia elétrica pública nas ruas e nas casas. Este fato tem colaborado para o surgimento de bolsões de criminalidade, onde as mulheres aparecem como as principais vítimas. As zonas sem iluminação noturna constituem principal corredor para roubos de gados, frequentes na cidade.

No que concerne as infraestruturas de produção e distribuição de água, são constituídas de uma parte antiga e não funcional, e outra, mais recente, que cobre apenas algumas zonas do centro e da periferia. A produção diária de água é estimada em 15 mil litros.

Esta quantidade é insuficiente para cobrir as necessidades da população local. Além disso, essa produção faz-se dependendo da disponibilidade de pequeno grupo de gerador para bombagem.

As atividades a seguir discriminadas vão colaborar na disposição de meios para uma melhor acessibilidade da água e energia, na sua conservação e no seu uso sustentável, por meio da reabilitação das infraestruturas de água e energia nas áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reduzindo a sua perda, promovendo a sua reutilização, armazenamento e reposição, com vista a melhorar a qualidade de vida da população local.

| Atividades Planeadas | Responsável | Parceiros | Local na Cidade | Custos (XOF) |
|---|----------------------------------|---|--------------------------------------|---------------|
| Curto Prazo (0-2 anos) | | | | |
| Instalar na Cidade serviços técnicos competentes para gestão da energia | Ministério de Energia | Comité de Estado | Cidade | 10.000.000 |
| Instalar na Cidade serviços técnicos competentes para gestão da água | Ministério dos Recursos Naturais | Comité de Estado | Cidade | 10.000.000 |
| Realizar estudos técnicos para reabilitação e extensão de infraestruturas de água | Ministério dos Recursos Naturais | Comité de Estado, UNICEF, PAM, BM, UE, UNOPS | Cidade | 50.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para reabilitação e extensão de rede da água | Comité de Estado | Min. Recursos Naturais, UNICEF, PAM, BM, UE, ONGs | Cidade | 2.000.000 |
| Realização de estudos técnicos para reabilitação e extensão de infraestruturas da energia | Ministério de Energia | Tese, AUGUSTUS, UE, UN-H, PNUD, UEMOA, BAD, BM, UNPOS | Cassucaï, Assomada, Ntatcha, Telegra | 50.000.000 |
| Aprovação de estudos técnicos para reabilitação e extensão da rede de água | Comité de Estado | Tese, BM, AUGUSTUS, UE, UN-H, PNUD, UEMOA, BAD | Cidade | 50.000.000 |
| Aquisição e instalação de postes elétricos para iluminação pública nas zonas de criminalidade | Ministério de Energia | AUGUSTUS, UEMOA, BAD, BM, OMVG, BOAD | Telegra e N'tatcha | 25.000.000 |
| Médio Prazo (2-5 anos) | | | | |
| Instituir programas de reforço das capacidades dos técnicos locais | Ministério de Energia | Tese, AUGUSTUS, BM, OMVG, UEMOA | Cidade | 65.000.000 |
| Estudos técnicos para construção da central energética da cidade | Ministério de Energia | Tese, AUGUSTUS, BM, OMVG, UEMOA | Cidade | 80.000.000 |
| Aprovação dos estudos técnicos para construção da central da cidade | Comité de Estado | Tese, AUGUSTUS, BM, OMVG, UEMOA | Cidade | 10.000.000 |
| Reabilitação e extensão de infraestruturas de energia | Ministério dos Recursos Naturais | Tese, BM, AUGUSTUS, UE, UN-H, PNUD, UEMOA, BAD | Cassucaï, Assomada, Ntatcha, Telegra | 80.000.000 |
| Longo Prazo (5-10 anos) | | | | |
| Construção da central | Ministério de Energia | BM, UE, BOAD, AUGUSTOS, UN-H, UEMOA, OMVG, Tese | Toda Urbe | 5.000.000.000 |

IMPLEMENTAÇÃO, COORDENAÇÃO E MONITORIA

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO QARC-BOL

O Quadro de Ação da Resiliência da Cidade de Bolama é um documento de política que doravante faz parte do complemento da estratégia regional com aplicabilidade a nível de Bolama, mas que certamente poderá servir como referência para outras cidades que compõem a região.

Para sua aplicação há uma imperiosa necessidade de flexibilização e de adoção de abordagem inclusiva e participativa para melhor adaptá-lo às possíveis alterações impostas pela dinâmica local e reconhecer os atores locais como verdadeiros dono do processo de desenvolvimento. Portanto, não é um documento isolado, mas sim um documento complementar, que pretende ser ponto de convergência para realização das diferentes Agendas e objetivos estratégicos locais, nacionais, regionais e globais, conforme ilustra o diagrama abaixo.

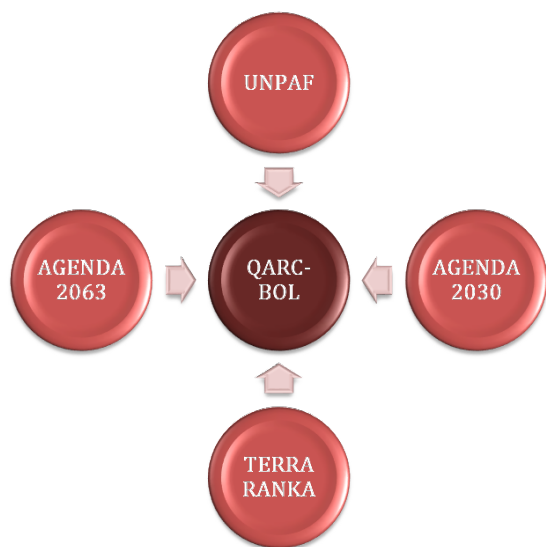


Figura 19. Convergência de Agendas.

Recomenda-se que sua operacionalização seja precedida de consulta as bases

para elaboração de projetos integrados e inclusivos. No entanto, é preciso definir claramente as competências e responsabilidades de cada instituição/ organização envolvida, com vista a viabilizar a troca de informações, prestação de contas e otimização dos escassos recursos, conseqüentemente, evitar conflitos institucionais, sobreposições e duplicação de esforços.

MECANISMO DE COORDENAÇÃO

Na implementação deste Quadro de Ação, o Gabinete Regional do Plano e Estatísticas (GRPE) é a entidade responsável pela coordenação e orientação dos diferentes parceiros de desenvolvimento para uma atuação harmonizada, impactante e de otimização dos recursos. O GRPE pode identificar Pontos Focais (PFs), que se encarregarão das atividades nas respectivas delegacias, os parceiros/doadores, discutir e aprovar mecanismos de implementação, seguimento e relatórios sobre os progressos das ações de resiliência.

Portanto, reconhecendo as fragilidades técnicas e institucionais do GRPE, recomenda-se a criação de uma estrutura técnica de apoio, denominado Comité Local de CityRAP (CLC) integrado na sua maioria pelos Pontos Focais que conduziram o processo de elaboração deste Quadro de Ação. O CLC vai ser criado através de despacho do Governador atribuindo-lhe de forma clara e objetiva, responsabilidades e competências, para em conjunto dinamizar a implementação deste documento.

As Entidades Desconcentradas de Estado (EDE) na região são Pontos Focais responsáveis pela implementação das

atividades apontadas neste Quadro de Ação. Doravante devem estabelecer e obedecer aos mecanismos de coordenação apresentados pelo GRPE. Os Parceiros são entidades parceiras do governo central ou local, dispostas a portar suas ajudas técnicas, financeiras ou em atividades concretas para implementação das ações deste Quadro de Ação.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC), incluindo o poder tradicional, são estruturas de consulta, informação e podem desempenhar um papel relevante no seguimento e mediação de conflitos decorrentes da implementação de ações de resiliência na cidade. Acredita-se que uma atuação conjunta e coordenada entre as estruturas acima citadas poderá permitir à Cidade de Bolama perspetivar um futuro resiliente e sustentável de acordo com objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Região de Bolama/Bijagós, Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka, Agendas 2063 (Agenda Africana) e 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

MECANISMO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Apesar de ainda o país adotar o regime da administração centralizada, cujos esforços em curso para realização das eleições autárquicas e compreendendo que o horizonte temporal deste documento é de 2018 – 2027, é proposto um modelo de Seguimento mais inclusivo e participativo, que integra o GRPE, o Comité Local de CityRAP, a Organização da Sociedade Civil, o poder tradicional e os Deputados da Nação eleitos na Cidade.

Julga-se, por ser uma atividade contínua,

que todas as partes implicadas na implementação do Seguimento devem comprometer-se em criar mecanismos para trocas de dados e informações. Devido ao seu papel de coordenação, o GRPE deve produzir um relatório informativo sobre o estado de avanço ou de implementação de Quadro de Ação. Deve haver reuniões ordinárias de coordenação trimestralmente, bem como a apresentação de relatório de Seguimento semestral.

Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações vão ser produzidas e partilhadas pelo GRPE na perspetiva de harmonizar e agilizar produção de informações e evitar duplicação de dados e/ou bancos de dados.

A avaliação deve ser realizada anualmente e em observância as seguintes situações: 2 anos (curto prazo), 5 anos (médio prazo) e 10 anos (longo prazo). No entanto, um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser elaborado e apresentado na reunião de coordenação da GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada Ponto Focal vai responsabilizar-se pela ação. Recomenda-se estabelecimento de linha de base/ponto de referência para cada atividade; Definição clara de metas e indicadores, preferencialmente os que são facilmente mensuráveis; Identificação de métodos, técnicas de coleta de dados, frequências e meios de verificação.

A avaliação pode ainda ser interna e externa. Isto significa dizer que os implicados na implementação, desde que haja necessidade, podem solicitar uma avaliação junto a um Ponto Focal que tenha recebido fundos para realização de determinadas atividades. Também a

entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa.

Esses mecanismos visam simplesmente assegurar a transparência na gestão de fundos públicos e também desenvolver a cultura de prestação de contas junto aos gestores públicos.

Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objetivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomadas de decisões.